

## Ataques de imprudência HÁ QUEM QUEIRA MAIS INFLAÇÃO E ALGUM CALOTE

*MARCELO DE PAIVA ABREU*

O desempenho da economia tem sido a grande arma brandida pelo governo Lula na presente campanha eleitoral. Há muita ironia em uma situação na qual segmentos da coalizão governamental que endossariam política econômica radicalmente distinta da atual se vejam obrigados a tecer loas, pelo menos implícitas, à política econômica que abominam. É difícil desprezar dados favoráveis de crescimento e emprego. Pelo menos durante a campanha eleitoral.

A recente decisão do Banco Central de aumentar a taxa Selic deu, entretanto, novo alento aos críticos da política econômica. O coro de lamentações tornou-se estridente. É menos grave a ação dos notórios relógios parados de plantão, com suas profecias permanentes de que o fim está sempre depois da próxima curva. Mas é algo mais preocupante que a coalizão dos críticos tenha sido ampliada com a inclusão de calejados condestáveis da República com as mais variadas tonalidades políticas.

Em certas análises prevalece o amor à “boutade”, à frase de efeito, sem grandes preocupações quanto ao seu custo. Afirmou-se mesmo que a atual política econômica, baseada na “austeridade orçamentária”, seria a mera repetição dos excessos da ortodoxia em regimes autoritários de além mar, com grande prejuízo para o desenvolvimento. Há a clara intenção de sugerir que política econômica prudente e regimes autoritários estão associados. Pobre Mendès-France com seu mote de que governar é escolher. Ou seria ele um petainista enrustido? Talvez nos seja revelada alguma sensacional descoberta quanto à propensão inflacionária dos países nórdicos ... Ou talvez os países nórdicos não sejam democráticos? A tese é absurda. Vem também à mente a condenação, por Leonardo Sciascia, do auto proclamado antifascista unicamente dedicado a “dar del fascista” a quem não o é.

A confusão quanto à alegada relação entre austeridade econômica e falta de liberdades democráticas fica mais óbvia quando se verifica que o ministro econômico mais influente durante o regime militar brasileiro juntou-se ao grupo dos críticos virulentos ao Banco Central, brandindo variante da sua velha fórmula de que pressão inflacionária não se resolve pelo lado da demanda. Embora a fórmula tenha funcionado de forma espetacular nos idos de 1967-68, ajudada pelo boom do comércio internacional, fracassou em 1979-80, também de forma espetacular. A rudimentar tentativa de reversão das expectativas inflacionárias não vingou e, depois, com a economia indexada, a restrição da demanda gerou apenas a consolidação de um regime de inflação alta com estagnação econômica. O retrospecto não recomenda que se aceitem sem ressalvas tais juízos enfáticos sobre o que seria o equilíbrio adequado entre eficácia e prudência na condução da política macroeconômica. Certamente é hora de renovar libretos e cantores.

O receituário da aventura não se limita, entretanto, à condenação da política monetária malvada. Já que o possível caminho de redução da relação dívida-PIB parece excessivamente longo para os mais afoitos, começam a surgir propostas -- sempre “patrióticas” e em defesa dos pobres -- de seguir-se o exemplo argentino, de olho no polpudo desconto de 75% da dívida nominal. É a nova “lógica da dívida”: ao invés de passivamente aceitar que as necessidades de pagamento de seu serviço determinem o ritmo de crescimento da economia é preciso inverter o problema fixando-se meta de crescimento mínimo com a conseqüente determinação do serviço da dívida que for possível pagar... Meros detalhes como o impacto de um *default* sobre os fluxos futuros de capital ou quanto às diferenças entre a composição da dívida no Brasil atual e na Argentina pré-calote são simplesmente ignorados. O ministro Lavagna está conduzindo a negociação externa Argentina com grande competência, mas isto está longe de fazer da Argentina o paradigma a perseguir em matéria de inserção pretendida na economia internacional, pelo menos do ponto de vista financeiro.

O Brasil reestruturou sua dívida externa repetidamente desde a independência, sempre no bojo de crises do sistema financeiro internacional. Quando, em 1937 e 1987, optou-se pelo *default* total, foi em meio a longos processos de renegociação e com o fluxo voluntário de capitais estrangeiros interrompido. Em 1990, em busca da estabilização, houve o grande *default* interno com o congelamento da liquidez de ativos financeiros internos. Não se tem notícias de estudos que indiquem que tais decisões tenham sido benéficas do ponto de vista do crescimento da economia ou da melhoria da distribuição de renda. A taxa de retorno de longo prazo dos papéis brasileiros em geral excedeu o retorno sobre papéis sem risco no mercado internacional. O que a política econômica pretende hoje é fazer convergir tais taxas de retorno, baratear o custo do investimento de forma permanente e tornar a economia menos vulnerável às flutuações de liquidez no mercado internacional.

Depois de quase dois anos de sacrifícios do atual governo para manter-se em uma trajetória de ajuste gradual, com respeito integral a obrigações contratuais, as propostas de repúdio parcial da dívida são nocivas e devem ser repelidas. Significam a repetição de pretensas soluções que não funcionaram no passado. A volta a uma postura de complacência quanto ao que seria uma inflação “moderada” também é indesejável. Depois de quase um quarto de século de estagnação seria irresponsável repetir erros do passado e adotar políticas incapazes de assegurar a volta a uma trajetória de expansão sustentada.

-----  
Marcelo de Paiva Abreu é doutor em economia pela Universidade de Cambridge e professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio, em licença sabática.